



ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e catorze, às nove horas e trinta minutos, na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, situada na Rua Domingos Vieira, 120, Santa Efigênia, Capital, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio da Previdência Social, RPPS, do Município de Belo Horizonte, conforme convocação feita pelo Presidente com a presença dos seguintes conselheiros: Thiago Alexander Costa Grego, Presidente, Afonso Celso Renan Barbosa, Beatriz de Oliveira Góes, Gleison Pereira de Souza, Marcelo Piancastelli de Siqueira, Sidnei Bispo, Célia de Lélis Moreira, Israel Arimar de Moura, Fábio Guaracy Fassy e Wanderson Paiva Rocha. Também presentes Márcio Almeida Dutra, Secretário Municipal de Gestão Previdenciária, e os servidores da Unidade Gestora do RPPS Roberta Ester Senna e Alexandre Fonseca. Thiago Grego iniciou a reunião lendo os pontos de pauta. O primeiro ponto de pauta foi ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. O segundo foi a apresentação do relatório de investimentos. Alexandre Fonseca iniciou explicando que foram separadas as aplicações do FUFIN e BHPREV para facilitar a visualização dos valores de cada Fundo. Ficou demonstrado os saldos das contas do FUFIN e do BHPREV em 31/07/2014. As aplicações dos recursos foram demonstradas pelas quantidades de cotas de cada Fundo com seus respectivos valores. Thiago Grego falou que a meta atuarial mensal de 0,38% ao mês deverá utilizar o CDI como índice de referência e passar a persegui-lo mensalmente, mesmo a Política de Investimentos do RPPS-BH tendo um perfil mais conservador. Márcio Dutra explicou que a meta atuarial é definida pelo Ministério da Previdência Social e na Política de Investimentos do ano passado foi estipulada em IPCA + 6% ao ano. Para 2014 a meta atuarial foi reduzida para IPCA + 4,5% ao ano. Lembrou ainda que todas as aplicações tem que seguir a Resolução nº 3.922, do Conselho Monetário Nacional. Fábio Guarassy questionou se poderia aplicar os recursos em ações. Alexandre Fonseca esclareceu que sim, respeitado o limite de 5%, de acordo com a Política de Investimentos. Alexandre Fonseca continuou a apresentação mostrando a quantidade de servidores do FUFIN e do BHPREV, em atendimento à solicitação de Wanderson Rocha. Disse que passará a demonstrar isso para os Conselheiros acompanharem essa evolução. Wanderson Rocha registrou também preocupação quanto à situação dos servidores licenciados sem vencimentos que ainda estão sem uma solução sobre o pagamento da contribuição previdenciária patronal. Thiago Grego explicou que isto está sendo estudado em comissão específica e que o Conselho não deveria ser o fórum para esta discussão. Passou para o próximo ponto de pauta que foi a aprovação da LOA e PPAG. Alexandre Fonseca informou que a Proposta Orçamentária dos Fundos apresentou variação nos valores apresentados na reunião anterior, pois foram feitos alguns ajustes relativos a correções de fórmulas e cálculos. Assim, os valores apresentados para a Proposta Orçamentária de 2015 foi de R\$ 737.074.069 – aumento médio de 9,02% em relação ao orçamento de 2014; R\$ 793.010.582 para o exercício de 2016, correspondente a um aumento médio de 7,59% em relação à 2015; e R\$ 824.864.939 para o exercício de 2017, o que corresponde a uma variação média de 4,02% em relação à 2016. Em relação à Proposta Orçamentária do BHPREV Alexandre Fonseca demonstrou que, para 2015, houve um reajuste de 14,8% para as despesas com benefícios previdenciários, e que outra parte do orçamento é a reserva de contingência, que compõe o orçamento do BHPREV. Assim, a Proposta do BHPREV para 2015 é de R\$ 51.223.399, incremento de 5,40% em relação ao exercício de 2014; R\$ 53.516.488 para o exercício de 2016, acréscimo de 4,48% em relação ao exercício de 2015; e R\$ 55.937.429 para o exercício de 2017, o que corresponde a uma variação média de 4,52% em relação ao exercício de 2016. Já para a Proposta Orçamentária para a taxa de administração, o valor proposto para 2015 ficou em R\$ 4.034.914. Para a natureza de despesas “Obras e Instalações” foi destinado R\$ 1.000.000,00 para o próximo exercício em 2015 e, segundo Thiago Grego, o valor poderá ser mantido para os próximos exercícios, para que sejam feitas as devidas manutenções nos imóveis do RPPS. Foi colocada em votação as Propostas Orçamentárias apresentadas para os Fundos e a Taxa de Administração, que foram aprovadas por unanimidade. Márcio Dutra sugeriu colocar os bens móveis da extinta BEPREM em pauta para análise e deliberação da próxima reunião. Disse estar com o inventário da SMAGEA contendo o quantitativo dos bens e seus respectivos valores. Esse relatório será encaminhado previamente aos Conselheiros para subsidiar a decisão na perspectiva de doação ou leilão. Wanderson Rocha perguntou como está o andamento dos Termos de Cessão de Uso Remunerado; se já estão em vigor e se o RPPS já está recebendo os aluguéis.

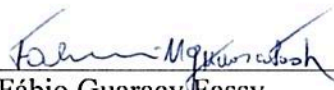


quando da criação da Taxa de Administração em fins de 2011, a Lei Orçamentária Anual de 2012 já havia sido votada pela Câmara Municipal, e grande parte das despesas da Unidade Gestora foram pagas pelo Tesouro Municipal. Já para o Orçamento de 2013, foram incorporadas mais despesas na Taxa de Administração e em 2014, ocorreu um processo de reprogramação orçamentária para desonerar ainda mais os recursos do Tesouro Municipal e melhorar a aplicação dos recursos da Taxa de Administração, conforme permitido em instrumento legal. Marcelo Piancastelli questionou se o BHPREV possui um sistema de gestão previdenciária. Alexandre Fonseca explicou que não e que é utilizado o sistema Arte-RH. Ele enfatizou a necessidade de se possuir um sistema de gestão previdenciária. Alexandre Fonseca explicou que havia previsão para aquisição, por licitação, de um software de gestão previdenciária no Orçamento de 2014, no valor de R\$ 800.000,00, mas que quando da reprogramação orçamentária citada anteriormente, o valor foi suspenso para o gasto, uma vez que o Município está trabalhando na construção de um Sistema de Gestão Integrada para todas as secretarias, e que tal sistema irá contemplar todos os serviços previdenciários. Israel Arimar questionou o gasto alto em serviço de mão de obra e serviço de pessoa jurídica. E perguntou se não há uma perspectiva sobre o imóvel de Lagoa Santa evitando o alto custo de manutenção. Thiago Grego informou que enquanto não houver uma definição do imóvel, tem que abrir o orçamento pensando no pior cenário possível, ou seja, o alto custo da manutenção. Caso não se utilize o recurso, remaneja-se a dotação. Terminada a apresentação a reunião foi encerrada às dezesseis horas e quinze minutos. Nada mais a ser tratado, eu, Roberta Ester Senna (Roberta Ester Senna), lavrei a presente ata que deverá ser assinada pelos presentes.


Thiago Alexsander Costa Grego


Célia de Lélis Moreira



Afonso Celso Renan Barbosa

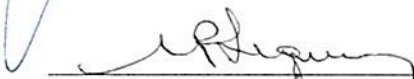

Fábio Guaracy Fassy


Beatriz de Oliveira Góes


Israel Arimar de Moura


Gleison Pereira de Souza


Roberto Francisco Pereira


Marcelo Piancastelli de Siqueira


Robson Aparecido Torrezani


Sidnei Bispo


Wanderson Paiva Rocha